

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

**DECRETO-LEI Nº 1.578, DE 11 DE OUTUBRO DE 1977**

Dispõe sobre o imposto de exportação e dá  
outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o  
artigo 55, item II, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º O imposto sobre a exportação, para o estrangeiro, de produto nacional  
ou nacionalizado tem como, fato gerador a saída deste do território nacional.

§ 1º Considera-se ocorrido o fato gerador no momento da expedição da guia de  
exportação ou documento equivalente.

§ 2º [Revogado pela Lei nº 9.019, de 30/3/1995](#)

§ 3º O Poder Executivo relacionará os produtos sujeitos ao imposto. [\(Parágrafo  
acrescido pela Lei nº 9.716, de 26/11/1998\)](#)

Art. 2º A base de cálculo do imposto é o preço normal que o produto, ou seu  
similar, alcançaria, ao tempo da exportação, em uma venda em condições de livre  
concorrência no mercado internacional, observadas as normas expedidas pelo Poder  
Executivo, mediante ato do Conselho Monetário Nacional. [\(Vide Medida Provisória nº  
2.158-35, de 24/8/2001\)](#)

§ 1º O preço à vista do produto, FOB ou posto na fronteira, é indicativo do  
preço normal.

§ 2º Quando o preço do produto for de difícil apuração ou for susceptível de  
oscilações bruscas no mercado internacional, o Poder Executivo, mediante ato do Conselho  
Monetário Nacional, fixará critérios específicos ou estabelecerá pauta de valor mínimo,  
para apuração de base de cálculo. [\(Vide Medida Provisória nº 2.158-35, de 24/8/2001\)](#)

§ 3º Para efeito de determinação da base de cálculo do imposto, o preço de  
venda das mercadorias exportadas não poderá ser inferior ao seu custo de aquisição ou  
produção, acrescido dos impostos e das contribuições incidentes e de margem de lucro de  
quinze por cento sobre a soma dos custos, mais impostos e contribuições. [\(Parágrafo  
acrescido pela Lei nº 9.716, de 26/11/1998\)](#)

.....  
.....